



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU Nº 007/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.000892/2019-07

ALERTA SERVICOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 04.427.309/0001-13, com sede à Rua Estelita Cruz, 209, Alto Branco, Campina Grande - PB, por seu representante legalmente, “in fine” assinado, com a devida vênia, vem, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, IMPUGNAR O EDITAL, com fundamento no art. 18, do Decreto n.º 5.450/2005 c/c item 23 e subitens seguintes do instrumento convocatório, nos termos a seguir articulados:

I - PREÂMBULO E TEMPESTIVIDADE:

A Universidade Federal da Paraíba publicou edital do Pregão Eletrônico n. 007/2019, cujo objetivo é a “Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, para atender as necessidades dos campi II e III (Areia, São João do Cariri e Bananeiras) da UFPB, compreendendo o fornecimento de mão de obra, material de consumo e equipamentos/utensílios adequados à execução dos trabalhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento”.

Interessada em participar da licitação, a ora Impugnante denota, no entanto, a presença de algumas irregularidades que comprometem a exequibilidade das propostas e apresentam riscos à administração pública, já que impede a fiel e regular execução dos serviços licitados.

Portanto, nesta fase que antecede o certame, observou-se que a planilha de custos e formação de preços, elaborada pela UFPB, apresentam diversos itens com preços manifestamente inexequíveis, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e formulação de propostas.

Os principais itens que estampam a inexequibilidade dos preços estimados são:

01 – O valor estimado pela UFPB, sem nenhum critério, foi baseado numa planilha com apenas 0,70% de Custos e 0,50% de Lucro.

02 - O Seguro de Vida foi cotado a R\$ 1,15 por funcionário mensalmente (a média orçada reside entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 por funcionário).

03 - O Custo do Uniforme estimado pela UFPB foi de R\$ 6,00 por funcionário mensalmente (a média orçada pelo mercado é de R\$



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

28,00), mostrando-se manifestamente insignificante, não condizendo com a realidade que será enfrentada pela participante.

Dito isto, não pairam dúvidas de que os preços estimados pela UFPB, para alguns itens, sobretudo em relação aos supracitados, são visivelmente inexequíveis, os quais não refletem a dura realidade do mercado, inclusive dissonante com outros preços apresentados em recentes licitações que tinham objetos similares.

Noutra perspectiva, com todas as loas aos membros da Comissão Permanente de Licitação, o texto previsto na cláusula 8.9.9 e seguintes, do edital, apresenta exigência desarrazoada e incompatível com a Súmula 272 do Tribunal de Contas da União, isso porque ofuscam o caráter competitivo do certame e impõe custos necessários à participante.

8.9.9 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido na CCT (Anexo XV deste Edital).

8.9.9.1 [Omissis] .

8.9.9.2 A empresa deverá realizar a visita técnica para conhecimento dos detalhes relacionados com o objeto desta licitação, cujo agendamento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão deste pregão, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), nos seguintes locais e com os seguintes servidores:

No Campus II – Evaldo de Almeida Cardoso. Fone: (83) 99975-1019. E-mail: eval-do@cca.ufpb.br

No Campus III – João Maria Pereira do Nascimento. Fone: (83) 99154-4873. E-mail: joao-maria15@yahoo.com.br

Como se vê, a Comissão de Licitação deste Órgão exigiu, de forma expressa, a apresentação de comprovação de realização de vistoria técnica, norma que, sem nenhuma dúvida, impõe significativos riscos à lisura do certame, uma vez que trata-se de requisito incompatível com o princípios da ampla concorrência e, por conseguinte, ofuscará a seleção da melhor proposta.

Ademais, resta demonstrar a tempestividade da presente impugnação, pugnando pelo seu recebimento e posterior DEFERIMENTO para que sejam ajustadas as cláusulas objeto de impugnação.

II - DO MÉRITO

II.a – DA INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UFPB)

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera lucro.

No entanto, pelo que se constata a partir da leitura dos itens abaixo relacionados na planilha anexa a este documento, ocorre que, frente as especificações técnicas apresentadas e



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

rigorosas expectativas de garantia do serviço, o valor estimado não é condizente e fica aquém das necessidades e custos das empresas que prestam serviços de limpeza, conservação e higiene.

Repetimos os principais itens que demonstram a inexecutabilidade anunciada:

- a) 0,70% de Custos e 0,50% de Lucro;
- b) Seguro de vida cotado em R\$ 1,15 por funcionário;
- c) Uniforme cotado em R\$ 6,00

Douto Pregoeiro, *concessa vênha*, a estimativa supracitada é absurda e evade dos padrões da realidade enfrentada pelas empresas prestadoras de serviços de limpeza, conservação e higiene, até mesmo porque é cediço que os serviços ora licitados demandam alto custo para implantação e manutenção, com pessoal, equipamentos e materiais.

Aliás, em recente licitação, publicada pelo Banco do Nordeste na Paraíba, cujo objeto era serviços de recepcionista que, diga-se de passagem, demanda menos custos que os serviços ora licitados, aquele Órgão apresentou as seguintes estimativas:

a) CUSTOS E LUCRO:

01 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS	1,00%
02 - LUCROS E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	1,00%

b) UNIFORMES E SEGURO DE VIDA POR FUNCIONÁRIO:

III - INSUMOS	
01 - FARDAMENTO (Art. 44, § 3o, da Lei 8.666/93)	R\$ 28,91
[...]	[...]
04 - SEGURO DE VIDA	R\$ 2,75

A estimativa de preços elaborada pela UFPB é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do serviço. Ainda, vale frisar que o particular, ao contrário da Administração Pública, visa, além de tudo, a obtenção de razoável lucro na contratação. No entanto, o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta indícios de inexecutabilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do serviço, sendo assim inexecutável contratar por tal valor.

Assim, a ilegalidade dos preços estimados de diversos itens do edital constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito, e seus frutos sem efeito, tornando-o não adjudicatável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

O estimado não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados nos demais certames, inviabilizando a contratação por preço justo e razoável.

Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

“Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexecutável. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393). (grifo nosso)

O Plenário do Excelso Tribunal de Contas da União firmou entendimento sobre a estimativa de preços, conforme julgamento do Acórdão 868/2013, *in verbis*:

RELATÓRIO DE AUDITORIA. SESCOOP. CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO N. 3.183/2011 - TCU - PLENÁRIO. [...] A definição do valor máximo estimado para a licitação deve ser baseado em pesquisa de preços com amplitude suficiente para representar o mercado.

[...]

O art. 13 do RLC estabelece a necessidade da realização da estimativa do valor. A pesquisa de preço de mercado com potenciais fornecedores é necessária para estimar o valor da contratação, mesmo se tratando de dispensa de licitação. Os orçamentos prévios devem servir de base tanto para a escolha da modalidade licitatória correta, quanto para a tomada de decisão pela Comissão de Licitação pela adequação ou não dos valores ofertados durante o transcurso do certame.

Na jurisprudência desta Corte, há julgados dirigidos a entes integrantes do serviço social autônomo que consagram o dever de estimar previamente o custo do objeto a ser contratado, a saber: Acórdãos ns. 2.813/2003, 2.519/2005, 263/2007, 1.979/2008, 2.866/2009, 569/2009, 5.262/2008 e 7.821/2010, todos da 1ª Câmara, e 324/2009 – TCU – Plenário.

Em outra deliberação, neste caso, não endereçada ao serviço social, o Tribunal exemplifica a forma como pode ser feita a estimativa de preços, conforme se verifica no voto condutor do Acórdão 2.170/2007 – TCU – Plenário, em que se orienta a adoção de uma ‘cesta de preços aceitáveis’, ou seja, um conjunto de preços oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores; valores adjudicados em licitações de órgãos públicos, inclusive aqueles constantes no Comprasnet; valores registrados em atas de Sistema de Registro de Preços – SRP, dentre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle, desde que, com relação a quaisquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado. No caso em questão, vale mencionar, ainda, a possibilidade de consulta a outras entidades integrantes dos serviços sociais autônomos. Por exemplo, no Distrito Federal, somando os Departamentos Nacionais e os regionais, existem mais de dez unidades.

Cristiane de Souza Ramos
Administradora
CRA/PE nº 3741



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

5. Quaisquer descuidos na fase de planejamento da licitação, também conhecida como fase interna ou preparatória, pode comprometer a seleção de proposta vantajosa para a entidade contratante. E, neste caso, em que a contratação ocorreu por dispensa de licitação, a ferir o princípio da economicidade pela contratação de valor superfaturado. Daí a importância de conferir a essa fase preparatória da licitação atenção redobrada.

6. Para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado. A propósito, o Voto que conduziu o Acórdão 2.170/2007 – TCU – Plenário, citado no relatório de auditoria, indica exemplos de fontes de pesquisa de preço, in verbis:

“Esse conjunto de preços ao qual me referi como “cesta de preços aceitáveis” pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos – inclusive aqueles constantes no Comprasnet –, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle – a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública –, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado.”

Assim, dois fatores se revelam imprescindíveis para a qualidade da pesquisa de preços, quais sejam: a análise de adequação dos valores considerados em vista da realidade de mercado e a ampliação e diversificação das fontes de informações coletadas com o objetivo de definir o valor estimado ou máximo da contratação.

Com base da premissa supracitada, a administração fixará o preço estimado ou preço máximo para a contratação, consoante dispõe artigo 40, X, da lei 8.666/93, eis seu teor:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Dito isto, mantendo-se os termos do edital, têm-se comprometida a fiel execução dos serviços licitados, havendo, ainda, possibilidade de prejuízo ao erário da administração pública (UFPB), isso porque poderá recair em seus ombros o ônus da responsabilidade subsidiária, sendo-a obrigada a arcar os débitos trabalhistas não arcados pela futura contratada.



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

Aliás, é hipótese, sem dúvida, de enriquecimento ilícito por parte da UFPB, isso porque, caso seja mantida a estimativa constante no Edital, a contratada arcará com os gastos para prestar o serviço, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do mesmo.

Essa situação ainda viola o princípio da razoabilidade, pois a presente estimativa não supre nem os custos dos serviços e assim, não pode ser considerado razoável. Impõe-se, portanto, a necessidade de alteração da presente estimativa, de forma a ser previsto um preço justo e razoável frente a todas especificações técnicas solicitadas, suficiente a cobrir o custo dos serviços e a permitir que o particular aufera lucro, coadunando-se assim à realidade do mercado.

II.b - DA EXIGÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA OBRIGATÓRIA. ATO QUE VIOLA O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.

O princípio da livre concorrência, sem dúvida, deve ser rigorosamente observado, uma vez que sua finalidade é oportunizar ao Órgão licitante a seleção de melhor proposta aos seus cofres, até mesmo porque é natural que quanto maior o número de empresas participantes, mais elevada é a possibilidade de apresentação de menores lances.

A exigência de realização de vistoria obrigatória está estampada ao teor do subitem 8.9.9 e seguintes, vejamos:

8.9.9 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido na CCT (Anexo XV deste Edital).

8.9.9.1 [Omissis] .

8.9.9.2 A empresa deverá realizar a visita técnica para conhecimento dos detalhes relacionados com o objeto desta licitação, cujo agendamento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão deste pregão, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), nos seguintes locais e com os seguintes servidores:

No Campus II – Evaldo de Almeida Cardoso. Fone: (83) 99975-1019. E-mail: eval-do@cca.ufpb.br

No Campus III – João Maria Pereira do Nascimento. Fone: (83) 99154-4873. E-mail: joao-maria15@yahoo.com.br

A exigência acima em nada contribui para a instrução processual do certame, isso porque apenas impõe despesas desnecessárias à licitante, contrariando o entendimento sedimentado pela Corte Suprema de Contas. De fato, o TCU recomenda que nestes casos, não haja exigência de obrigatoriedade de efetuar a Vistoria Técnica, vejamos:

Acórdão 874/2007 Segunda Câmara (Sumário)



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

A exigência de vistoria que onere de forma desnecessária a participação de interessados em procedimento licitatório caracteriza restrição ao caráter competitivo da licitação, de que trata o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, ensejando, por isso, a nulidade do procedimento.

Até porque toda e qualquer exigência de qualificação técnica deve ser concebida de modo a não impor custos prévios à celebração do contrato, a teor da Súmula 272/2012 (BRASIL, TCU, 2012):

“Súmula nº 272/2012: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato”. Assim, será possível imprimir um ambiente de maior competitividade, de molde a franquear às empresas interessadas, oportunidades de participação em estrita igualdade de condições, o que, certamente, impedirá a ocorrência de distorções que venham a comprometer o caráter competitivo desta licitação.

De fato, consta na cláusula em apreço uma irregularidade: a obrigatoriedade de apresentação de atestado de vistoria, realizada nos campi acima citados. O custo da exigência *atacada* é demonstrado pelo fato de o Órgão licitante ter exigido que a visita técnica seja realizado em, ao menos, dois de seus campi, demandando, deste modo, custos.

Sobre o assunto o TCU tem diversos julgados no sentido de que é desnecessário o comparecimento ao local de prestação dos serviços, bastando a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto, *in verbis*:

O TCU firmou entendimento de que há restrição na competitividade e afronta ao disposto no inc. III do art. 30: “(...) extrapola tal preceito o requisito de que o próprio profissional a ser indicado na licitação como responsável técnico da obra deva ser o credenciado para a vistoria”. O TCU ponderou também que “(...) não se mostra razoável e não encontra abrigo na legislação o estabelecimento de vistoria no mesmo dia e horário, para todos os credenciados, uma vez que esse procedimento, além de restringir a participação dos interessados, possibilita a ocorrência de ajustes entre os futuros licitantes.” Diante dos fatos, o tribunal determinou ao órgão jurisdicionado que “abstenha-se de estabelecer, em licitações (...), cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras, (...) sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto”. (TCU, Acórdão nº 1.599/2010, Plenário, Rel. Min. Marcos Bernquerer Costa, DOU de 14.07.2010)

“a exigência de realização de visitas técnicas (ou vistoria, nos termos empregados no edital) aos locais de execução dos serviços como critério de habilitação de licitantes já foi considerada abusiva pelo Tribunal em algumas ocasiões, por ausência de previsão legal. Segundo essa linha de entendimento, a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços basta à Administração como prevenção contra possíveis alegações de impossibilidade de execução do contrato ou demandas por revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas nessas visitas.” (TCU, Acórdão nº 2.477/2009, Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 23.10.2009)



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

Ora, não pode a administração ficar presa a circunstâncias desnecessárias, devendo se ater ao conteúdo principal da norma, que é a da habilitação jurídica, qualificação-técnica de acordo com as especificidades do objeto licitado.

Diante do exposto, resta evidente a ilegalidade da exigência de realização de vistoria nos locais, pois tal previsão macula a competitividade do certame, desrespeitando o que preconiza o art. 3º da Lei nº. 8.666/93. Registre-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Como bem expõe Diógenes Gasparini (Parecer. BLC, out./2002, p. 645.), “cabe, então, à Administração Pública licitante exigir, apenas, a comprovação dos elementos indispensáveis à execução do objeto licitado. Só o que, nesse sentido, for pertinente pode ser exigido, sem, por óbvio, ultrapassar o rol máximo das exigências consignadas nos mencionados incisos do art. 30 da Lei Federal das Licitações e contratos da Administração Pública”.

A restrição apontada desrespeita, ainda, o princípio da Licitação (vantajosidade). Veja-se o escólio do douto Marçal Justen Filho:

2.1.1) O princípio da República: a gestão mais eficiente dos recursos públicos. A licitação envolve a prática de uma série ordenada de atos jurídicos (procedimento) que permita aos particulares interessados apresentarem-se perante a Administração, competindo entre si, em condições de igualdade. O ideal vislumbrado pelo legislador é, por via da licitação, conduzir a Administração a realizar o melhor contrato possível: obter a maior qualidade, pagando o menor preço. Rigorosamente, trata-se de desdobramento do princípio mais básico e fundamental que orienta a atividade administrativa do Estado: o princípio da República. Toda atuação administrativa orienta-se à satisfação dos interesses supra-individuais. O administrador não possui disponibilidade do interesse que persegue. Em alguns casos, a Lei faculta ao administrador para escolher o modo de realizar esse interesse. Surgirá a discricionariedade, que não significa, contudo, liberação do administrador quanto ao fim de perseguir.

2.1.2) A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração. (In. COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 12ª Edição, Dialética, págs. 63)



ALERTA SERVIÇOS

Rua: Estelita Cruz, nº 209 – Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (083) 3341 – 1700 - CNPJ: 04.427.309/0001-13

Em suma, não se antolha cabível a previsão de exigências desnecessárias no instrumento convocatório, posto que afrontam a legalidade e a competitividade, postulados essenciais a consecução do fim primordial do procedimento licitatório, qual seja, a contratação da proposta mais vantajosa, razão pela qual não deve prevalecer a exigência de vistoria.

III – DOS PEDIDOS.

EX POSITIS, ante o exposto e, em face das inconformidades destacadas por meio deste instrumento impugnatório, requer a ALERTA SERVIÇOS EIRELI, que Vossa Senhoria se digne de DEFERIR a presente impugnação, para que se digne de:

- a) REVER e AJUSTAR os valores estimados de diversos itens da planilha de preços e formação de custos e, por conseguinte, seja suspensa a data de realização do certame e promovida a republicação do edital.

e/ou;

- b) PERMITIR que a licitante apresente seus preços conforme as regras de mercado e/ou levando-se em consideração valores estimados em outros certames, desprezando os preços máximos admitidos para os itens constantes da planilha anexa.

E, para que não haja ferimento ao primado da ampla competitividade, se digne de:

- c) EXCLUIR as exigências dispostas nos subitens 8.9.9 cc 8.9.9.2, do edital, uma vez que contraria entendimento sedimentado pelo Tribunal de Contas da União, consubstanciado através da edição da súmula 272, expressando ofensa ao caráter competitivo do certame, o qual impede a seleção da proposta mais vantajosa aos cofres deste Órgão.

Requer, ainda que, em sendo acolhida a r. impugnação, seja publicado novo edital com as mudanças consignadas na planilha de custos e elaboração de preços, observados os prazos e publicações de estilo.

As razões aduzidas merecem total acolhimento, por ser de inteira medida e salutar justiça!

Nestes termos,
Pede deferimento.

Campina Grande, 5 de abril de 2019.

Cristiane de Souza Ramos
ALERTA SERVIÇOS EIRELI
C.N.P.J: 04.427.309/0001-13
Cristiane de Souza Ramos
Administradora
CRA/PB Nº 3741



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.000892/2019-07
PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 007/2019.

JULGAMENTO DA MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO
PEDIDO ENCAMINHADO VIA E-MAIL

A Empresa ALERTA SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 04.427.309/0001-13 com sede na Rua Estelita Cruz, 209, Alto Branco, Campina Grande (PB), apresentou manifestação de Impugnação do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PU/Nº 007/2019 (inteiro teor no *link*: http://www.prefeitura.ufpb.br/cpl/CPL_PU_PE_SRP_007_2019_Limpeza_Areia_Bananeiras_Impugnacao.zip), nos seguintes termos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A licitação foi convocada para o dia 10/04/2019, findando em 08/04/2019 o prazo para apresentação de Recursos de Impugnação, nos termos do Art. 41, § 2º da Lei 8666/93, bem como o Item 23 do Edital de Convocação. Assim, esta **impugnação é tempestiva**, impondo-se seu conhecimento.

2. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

A impugnante colaciona excertos de doutrina e jurisprudência como reforço de argumentação, para buscar adequação do procedimento licitatório em epígrafe mediante o reconhecimento da necessidade da correção da desarmonia

apresentada como ponto de inconformismo, alegando que algumas exigências do Edital da licitação publicada ferem a competitividade, citando os seguintes pontos, em apertada síntese:

1. Que a planilha de custos e formação de preços, elaborada pela UFPB, apresenta diversos itens com preços manifestamente inexequíveis, inclusive dissonantes com outros preços apresentados em recentes licitações que tinham objetos similares, e cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e formulação de propostas. Segundo a Impugnante, os principais itens que estampam a inexequibilidade dos preços estimados seriam:

- a) O valor estimado pela UFPB, não possui critério, baseando-se numa planilha com apenas 0,70% de Custos e 0,50% de Lucro;
- b) O valor mensal do Seguro de Vida foi cotado a R\$ 1,15 por funcionário, quando a média orçada reside entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 mensais por funcionário;
- c) O custo mensal do Uniforme estimado pela UFPB foi de R\$ 6,00 por funcionário enquanto a média orçada pelo mercado e de R\$ 28,00, mostrando-se manifestamente insignificante e não condizendo com a realidade;

2. Em outra banda, a Impugnante questiona a exigência de visita técnica. Segundo ela, o texto previsto no edital em suas cláusulas 8.9.9 e seguintes, apresentam exigência desarrazoada e incompatível com a Súmula 272 do TCU.

Por fim, requer:

- A) Revisão e ajuste dos valores estimados de diversos itens da planilha de custos e formação de preços, que seja suspensa a data de realização do certame e promovida a republicação do edital;
- B) Alternativamente, permitir que a licitante apresente seus preços conforme as regras de mercado, levando-se em consideração valores estimados em outros certames, desprezando os preços máximos admitidos para os itens constantes da já citada da planilha;
- C) Excluir as exigências dispostas nas cláusulas 8.9.9 e seguintes do edital,

uma vez que, segundo as razões da Impugnante, contrariam entendimento sedimentado pelo TCU, na já citada súmula 272;

D) Sendo acolhidas as razões de impugnação, que seja publicado novo edital com as mudanças consignadas na planilha de custos e formação de preços, observados os prazos e publicações de estilo.

3. RAZÕES DO PREGOEIRO:

O Pregoeiro da CPL-PU conclui que as razões apresentadas merecem prosperar parcialmente e decide, mediante anuência da equipe de Planejamento, que acatou parte das razões da impugnação e procedeu com as alterações editalícias necessárias, alterando, também, a data de abertura do Certame a ser publicada nos meios de comunicação (Portal Comprasnet, Diário Oficial e Jornal Local) em 17 de abril de 2019, cuja previsão de reabertura é para o dia 30/04/2019, às 09:30h, horário de Brasília, com base na justificativa a seguir:

Uma vez consultada, a Administração, representada pela nova Superintendência de Serviços Gerais, resolveu deferir os termos elencados pela Impugnante com relação à "(...) revisão e ajuste dos valores estimados de diversos itens da planilha de custos e formação de preços, (...)a suspensão do Pregão, alteração da data de realização do certame e (...)a republicação do edital.

No tocante às cláusulas 8.9.9 e seguintes do edital, assim entendemos: O objeto do Pregão em tela é a Contratação de Serviços Continuados de Limpeza e Conservação, que emprega Mão de Obra exclusiva.

No âmbito do Estado da Paraíba, a mão de obra para essa categoria de serviços é regulamentada por Convenção Coletiva estabelecida pelos Sindicatos SINTEG (SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS GERAIS DA PARAÍBA, CNPJ n. 24.508.210/0001-53,) e SEAC (SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, CNPJ n. 12.720.413/0001-20), conforme Anexo 16 do Edital.

Para o estabelecimento das regras salariais (piso, encargos, etc.) considerou-se a Convenção Coletiva, ora em vigor, registrada no MTE sob Nº PB000405/2018, em 17/09/2018, por meio do processo nº 46224.004057/2018-91.

Em sua Cláusula Vigésima Oitava – EPIs e Atividades Insalubres, a mencionada CCT estabelece o seguinte (grifamos):

*Como forma de garantir todos os direitos trabalhistas e a saúde ocupacional do trabalhador, fica convencionado que nos Editais elaborados pela Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal Direta ou Indireta, para contratações dos serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, e ainda de quaisquer outros tipos de serviços que por sua atividade, peculiaridade ou local de execução previsto em Legislação ou nesta CCT, gerem qualquer tipo de adicional, **deverá constar cláusula de exigência de realização de Visita Técnica pela empresa licitante**, para que seja levantada a necessidade de uso de EPI's adequados à saúde e segurança do empregado.*

O Parágrafo Único da referida Cláusula, assim estabelece (grifamos):

*PARÁGRAFO ÚNICO – Os Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais, das administrações diretas, indireta, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e autarquias, ao promoverem licitações públicas com escopo de contratação de mão de obra terceirizada dos profissionais regidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, **deverão, com antecedência necessária, apresentarem juntamente com o edital o LTCAT- Laudo Técnico de Condições de ambiente de Trabalho, na forma da Legislação em vigor, a fim de transparecer com exatidão os meios e condições à que serão submetidos os trabalhadores contratados, viabilizando o dimensionamento adequado dos adicionais e encargos que incidirão sobre a folha de pessoal que prestará os respectivos serviços.** Compete ao SINTEG na condição de sindicato laboral, a obrigação de fazer cumprir as exigências deste parágrafo, dando a máxima publicidade.*

A fim de atender tal determinação, a Administração da Prefeitura

Universitária elaborou e fez constar do Edital, na forma do Anexo 15, o LTCAT- Laudo Técnico de Condições de ambiente de Trabalho, para que as empresas licitantes possam verificar as condições a que serão submetidos os seus empregados e, assim, dimensionar com exatidão os adicionais e encargos que incidirão sobre a folha de pessoal.

Não há outra forma de se verificar as condições para o correto dimensionamento de suas planilhas, senão visitando os locais das prestações de serviços e se abastecendo das informações necessárias para o seu cálculo, não sendo possível à licitante pleitear – em sendo vencedora – qualquer ajuste contratual posterior a pretexto de não ter tomado conhecimento das reais condições de trabalho a que estaria submetida.

Para tanto, a Administração fez constar informações importantes em seu Instrumento Convocatório. Senão, vejamos:

(...)

8.9.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido na CCT (Anexo XV deste Edital).

8.9.9.2. A empresa deverá realizar a visita técnica para conhecimento dos detalhes relacionados com o objeto desta licitação, cujo agendamento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas do início da sessão deste pregão, no intervalo das 09h:00min às 16h:00min (horário local), nos seguintes locais e com os seguintes servidores:

No Campus II – Evaldo de Almeida Cardoso. Fone: (83) 99975-1019. E-mail: evaldo@cca.ufpb.br.

No Campus III – João Maria Pereira do Nascimento. Fone: (83) 99154-4873. E-mail: joaomaria15@yahoo.com.br

8.9.9.3. O licitante interessado poderá se fazer acompanhar de seus respectivos responsáveis técnicos, para que sejam levantadas todas as informações aos serviços.

Algumas Notas de Rodapé foram inseridas no corpo do edital para justificar a origem das referidas cláusulas:

“Conforme a CCT (Anexo XV), em sua Cláusula Vigésima Oitava, que estabelece: ‘Como forma de garantir todos os direitos trabalhistas e a saúde ocupacional do trabalhador, fica convencionado que nos Editais elaborados pela Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal Direta ou Indireta, para contratações dos serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, e ainda de quaisquer outros tipos de serviços que por sua atividade, peculiaridade ou local de execução previsto em Legislação ou nesta CCT, gerem qualquer tipo de adicional, deverá constar cláusula de exigência de realização de Visita Técnica pela empresa licitante, para que seja levantada a necessidade de uso de EPI’s adequados a saúde e segurança do empregado’ ”.

Há ainda que se referenciar, como reforço à necessidade de se obter todas as informações necessárias ao correto dimensionamento da proposta, as Cláusulas 5.9, 5.9.1 e 24.9 do Edital. Vejamos:

5.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Anexo V deste Edital.

5.9.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e

apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Assim, está claro que a Administração ao determinar, com base na CCT, que a visita técnica é importante e necessária, busca, justamente, obter a melhor proposta, a melhor oferta, considerando-se que a proposta mais vantajosa é aquela que possa ser mantida e cumprida.

Apoiados na lição de Joel de Menezes Niebuhr, podemos afirmar que *“O que importa à Administração Pública é que a licitação e o contrato lhe propiciem resultado concreto. Para tanto, é imprescindível avaliar se as propostas lançadas pelos licitantes possuem condições concretas de ser executadas (se são exequíveis). Não basta selecionar a proposta com o menor preço ou com a melhor técnica; é imperioso verificar se ela pode ser mantida, ou seja, se o licitante tem meios de adimplir a obrigação a ser assumida.”*

Verificamos, por fim, que outras licitantes interessadas, mesmo aquelas provenientes de outros Estados da Federação já efetuaram as suas visitas, procurando se cercar de todos os elementos – além da necessidade de uso de EPI – que possam de alguma forma interferir na montagem de suas planilhas de custos, denotando que a argumentação apresentada pela Impugnante reveste-se meramente de inconformismo.

Diante do exposto, acatamos parcialmente as impugnações apresentadas, e rejeitamos o questionamento quanto a Visita Técnica, tendo em vista que:

a) A visita é obrigatória, imposta pela CCT;

b) Não será possível elaborar uma planilha orçamentária precisa, sem o devido conhecimento das condições locais, o que só será possível mediante a sua constatação *in loco*.

4. CONCLUSÃO:

Assim decidimos:

Conhecer do Recurso de Impugnação, alterar as condições editalícias quanto aos custos, e ratificar as exigências editalícias em razão da Visita Técnica, alterando a data e hora para abertura do Certame para o dia 30 de abril de 2019, às 09 horas e 30 minutos (horário de Brasília).

João Pessoa – PB, 16 de Abril de 2019.

ENGº AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial
(Original Assinado)

Ratifico a decisão:

IDÁCIO RODRIGUES BARRETO PESSOA
Superintendente de Orçamento e Finanças
Autoridade Competente
(Original Assinado)